



FAGUNDES CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 90.272.337/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter-lhes à apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, disponíveis no endereço: <https://www.fagundes.com/site/>.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	277.672	92.845	Fornecedores (Nota 13)	50.304	46.170
Contas a receber de clientes (Nota 7)	438.334	335.733	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	397.048	358.500
Estoques (Nota 8)	43.289	39.236	Impostos e contribuições a recolher	13.488	14.427
Tributos a recuperar (Nota 9)	18.229	16.907	Obrigações trabalhistas	55.734	56.344
Outros Ativos	18.971	7.101	Partes Relacionadas (Nota 10 (b))	6.000	6.411
	<u>788.495</u>	<u>491.822</u>	Outros passivos	27.091	13.255
Não circulante			Não circulante		
Partes relacionadas (Nota 10 (b))	-	621	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	525.961	450.074
Tributos a recuperar (Nota 9)	12.446	9.861	Provisões para contingências (Nota 15)	3.146	5.399
Depósitos judiciais (Nota 15)	3.864	3.416	Partes relacionadas (Nota 10 (b))	96.190	-
Outros ativos	-	647	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	182.121	169.627
	<u>16.310</u>	<u>14.545</u>		<u>807.418</u>	<u>625.100</u>
Imobilizado (Nota 11)	674.603	784.138		<u>1.357.083</u>	<u>1.120.207</u>
	<u>674.603</u>	<u>784.138</u>			
Total do ativo	1.479.408	1.290.505	Total do passivo e patrimônio líquido	1.479.408	1.290.505

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	49.181	223	6.485	85.419	-	141.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.021	38.021
Realização do custo atribuído	-	(104)	-	-	104	-
Destinação do lucro:						
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.030)	(9.030)
Constituição de reserva legal	-	-	1.901	-	(1.901)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	27.194	(27.194)	-
Integralização de Capital	50.819	-	-	(50.819)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	100.000	119	8.386	61.793	-	170.298
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.820	23.820
Destinação do lucro:						
Dividendos	-	-	-	(71.792)	-	(71.792)
Constituição de reserva legal	-	-	1.191	-	(1.191)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	22.629	(22.629)	-
Em 31 de dezembro de 2025	100.000	119	9.577	12.629	-	122.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Fagundes Construção e Mineração S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de maio de 1985, com sede localizada em Portão, RS - Brasil. A Companhia possui unidades estrategicamente localizadas em Cajati - SP com início de atividades em fevereiro de 2006, Araxá - MG com início de atividades em setembro de 2007, Catalão - GO com início de atividades em outubro de 2007, Rio Branco do Sul - PR com início de atividades em março de 2013, Itabirito - MG com início de atividades em dezembro de 2016, Serra do Salitre - MG com início de atividades em janeiro de 2018, Craibas - AL com início de atividades em dezembro de 2019, Paracatu - MG com início de atividades em dezembro de 2019, Itagiba - BA com início de atividades em janeiro de 2021. Em 2022 a companhia iniciou atividades nas cidades de Tucumã - PA, Itinga-MG e Campo Alegre de Lourdes - BA. Em 2023 a companhia iniciou atividades na cidade de Conceição do Araguaia-PA. Em 2025 a companhia iniciou investimento na cidade de Buiá-RS, Vidal Ramos - SC e Irecê-BA. Tem como objeto social a prestação de serviços de terraplenagem, pavimentação, saneamento, serviços de construção civil em geral, perfurações, desmontes, escavação e remoção de terras em terrenos urbanos e rurais, transporte de cargas em geral por via rodoviária com caminhões, comércio de materiais de construção, atividade agropecuária, incorporação de imóveis e compra e venda de imóveis próprios. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras considerando o custo histórico como base de valor e ajustada para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado e propriedades para investimento mensuradas ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A companhia avaliou as novas normas contábeis que entram em vigência no ano de 2025 e não foram identificados impactos que influenciam nas suas operações ou em suas demonstrações financeiras. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do 31 principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável

nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.6 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente edificações, veículos, máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos

Edificações	80
Instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e aeronaves	10
Veículos	3
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.8). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.9 Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo o incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. A Companhia não possui operações de arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de ren-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Receita líquida (Nota 17)	1.314.718	1.250.852
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(1.116.590)	(1.069.033)
Lucro bruto	198.128	181.819
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(67.339)	(57.651)
Despesas com vendas (Nota 18)	(264)	(240)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 19)	7.484	47.196
Lucro operacional antes do resultado financeiro	138.009	171.124
Receitas financeiras	3.565	15.223
Despesas financeiras	(105.260)	(133.945)
Resultado financeiro, líquido (Nota 20)	(101.695)	(118.722)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.314	52.402
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	(12.494)	(14.381)
Lucro líquido do exercício	23.820	38.021
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 16 (e))	0,1695	0,2706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	2025	2024
Lucro líquido do exercício	23.820	38.021
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	23.820	38.021

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

da e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas de produtos e a prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita conforme determina o CPC 47 e são registradas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda ou serviço a ser prestado. **(a) Prestação de serviços:** A receita de prestação de serviço é reconhecida, conforme preço previsto contratualmente, normalmente por tonelada ou metros cúbicos, tendo como base a evolução de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, por meio de boletim de medição, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **(c) Receita com venda de ativo imobilizado:** A receita compreende o valor faturado ou controlado pela venda, principalmente de veículos e máquinas, reconhecida quando o controle da propriedade é transferido para o comprador. **2.15 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas informações financeiras e notas foram arredondados para a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No mês de maio de 2024, diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul foram severamente atingidas por enchentes de grande magnitude, causando impactos econômicos e sociais significativos. Com a gravidade desses eventos, a administração da Companhia informa que duas unidades operacionais foram afetadas por tais enchentes. Tratam-se de movimentações de terras em minas a céu aberto, as quais ficaram totalmente alagadas durante a inundações no Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com o retorno dos rios e lagos aos seus níveis "normais", as minas continuaram alagadas, impedindo a execução de quaisquer atividades pelo prazo de 80 (oitenta) dias, ocorrendo apenas danos na operação (produção). Nestas atividades, a FAGUNDES informa que não promoveu um único desligamento de seus colaboradores originado das dificuldades enfrentadas na execução de suas obras no Rio Grande do Sul. Os contratos permaneceram ativos e as metas de produção ajustadas no decorrer do período do mesmo contrato. Ressaltamos que a companhia continua monitorando possíveis impactos indiretos decorrentes de tais eventos climáticos, permanecendo comprometida com a avaliação contínua de riscos e com a transparência na divulgação de informações relevantes aos seus acionistas e demais partes interessadas. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.314	52.402
Ajustes		
Depreciação (Nota 11)	151.057	181.812
Provisão (reversão) para contingências (Nota 15)	(2.253)	4.181
Ganho na venda de ativo imobilizado (Notas 11 e 19)	(4.274)	(31.909)
Provisão de juros de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	104.005	118.016
	<u>284.849</u>	<u>324.502</u>
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) no contas a receber (Nota 7)	(102.601)	6.012
Redução (aumento) nos estoques (Nota 8)	(4.053)	(509)
Redução (aumento) de tributos a recuperar (Nota 9)	4.093	3.682
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(448)	(552)
Redução (aumento) de outros ativos	(11.223)	6.201
Aumento (redução) de fornecedores (Nota 13)	4.134	(4.943)
Aumento (redução) de impostos a pagar	(939)	671
Aumento (redução) de outros passivos	13.225	(15.118)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	187.037	319.946
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos (Nota 14)	(93.505)	(117.157)
Caixa líquido, provenientes das atividades operacionais	93.532	202.789
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	(58.292)	(238.004)
Valor recebido na venda de imobilizado (Nota 19)	21.044	69.718
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	(37.248)	(168.286)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos (Nota 14)	(291.138)	(310.558)
Amortização de empréstimos Debêntures (Nota 14)	(4.450)	(4.588)
Ingressos de empréstimos (Nota 14)	400.252	190.429
Dividendos pagos antecipadamente e juros sobre o capital próprio pagos	(3.911)	(5.729)
Pagamentos Juros sobre Debêntures (Nota 14)	(729)	(1.156)
Partes relacionadas (Nota 10 (b))	28.519	(699)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	128.543	(132.301)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	184.827	(97.798)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	277.672	92.845
	<u>184.827</u>	<u>(97.798)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **(a) Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados:** As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliações e são revisadas anualmente pela Companhia. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Julgamentos contábeis críticos: (a) Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece a receita de acordo com a execução dos serviços prestados. O critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que a medição é efetuada, levando-se em consideração a última medição realizada para emissão da nota fiscal e com a anuência do cliente. Para a receita que distingue do período em que é emitida a nota fiscal, constitui-se uma provisão no ativo para recebimento de receitas em períodos futuros (receita a faturar). A Companhia reduz da receita bruta no encerramento do exercício os seus respectivos impostos sobre os serviços prestados, bem como os descontos concedidos em contratos, demonstrando desta forma a receita líquida auferida no período. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A diretoria estabelece princípios para a gestão de riscos, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco de crédito:** A concentração das contas a receber em pequeno volume de clientes é adequadamente monitorada e o risco minimizado levando-se em conta o tipo de serviço prestado pela Companhia (contratos de longo prazo) de maneira que eventuais perdas de clientes possam ser previstas com razoável antecedência